



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA – SALA DAS COMISSÕES

**EDITAL N.º 176/2012 - CONCURSO DE INGRESSO,
POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO
PROVIMENTO**

CADERNO DE PROVA
LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O candidato está recebendo, juntamente com este **caderno de prova**, o **cartão-resposta, único e insubstituível**. Confira os dados nele inseridos. Depois, assine em campo próprio para tal fim.
2. O candidato terá **seis horas** para resolver as **cem questões** contidas neste caderno de prova, todas com cinco alternativas. Existe apenas **uma resposta correta** para cada questão.
3. O caderno de prova só será **substituído** se apresentar algum problema de impressão.
4. Este caderno de prova **poderá** ser levado pelo candidato, desde que aguarde em sala o término da prova. Quando entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta, entregue também o caderno de prova, que você poderá retirar **após o sinal de encerramento**. Coloque seu nome no espaço ao lado: _____.
5. A tarefa do candidato consiste em analisar o conteúdo de cada questão e assinalar a resposta que julgar correta. A **interpretação** das questões, bem como das instruções, faz parte da prova.
6. Preencha o cartão-resposta na mesma sequência das questões do caderno de prova. A resposta deve ser assinalada conforme **instruções contidas** no cartão-resposta.
7. Durante a aplicação da prova **não** serão fornecidas quaisquer informações acerca das questões apresentadas. Caso queira **manifestar o seu inconformismo**, o candidato deverá apresentá-lo em tempo hábil, na Sala das Comissões, 11º andar, Torre I, Tribunal de Justiça, ou enviá-lo para o endereço constante no item 4.1 do Edital de abertura do concurso.
8. A **saída do candidato** só será permitida após transcorridas duas horas do início da prova. Os **três últimos** candidatos a terminar a prova deverão **retirar-se** da sala simultaneamente, depois de apor sua assinatura e conferir o conteúdo do envelope a ser lacrado com a identificação dos cartões-resposta.
9. A Prova Objetiva de Seleção e o Gabarito serão divulgados **no dia 20 de agosto**, após as 16 (dezesseis) horas, no sítio do Tribunal de Justiça - **www.tjsc.jus.br** - O resultado **não** será fornecido por telefone.

FLORIANÓPOLIS, 19 de agosto de 2012.

REGISTROS PÚBLICOS

1ª Questão: Segundo a Lei n. 10.931/2004:

- I. A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário dependem de registro, mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstos na legislação aplicável.
 - II. A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.
 - III. O bem constitutivo da garantia deverá ser descrito e individualizado de modo que permita sua fácil identificação.
 - IV. Cédula de Crédito Bancário poderá ser protestada por indicação, desde que o credor apresente declaração de posse da sua única via negociável, inclusive no caso de protesto parcial.
- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

2ª Questão: Acerca das certidões expedidas pelos Oficiais de Registros Públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, devendo entretanto informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- b) A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos.
- c) A entrega da certidão não pode ser retardada por mais de cinco dias.
- d) No caso de recusa ou retardamento na expedição da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade competente, que aplicará, se for o caso, a pena disciplinar cabível.
- e) Para a verificação do retardamento na expedição da certidão, o oficial, logo que receber alguma petição, fornecerá à parte uma nota de entrega devidamente autenticada.

3ª Questão: Quanto à Ordem do Serviço nos Registros Públicos, podemos afirmar que:

- a) Somente as exigências fiscais, ou dúvidas, obstarão a apresentação de um título e o seu lançamento do Protocolo com o respectivo número de ordem.
- b) O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, exceto nos feriados nacionais.
- c) O serviço começará e terminará às mesmas horas em todos os dias úteis.
- d) Devem ser apontados no Protocolo os títulos apresentados para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
- e) Pelos atos que praticarem, os Oficiais do Registro terão direito, a título de remuneração, aos emolumentos fixados nos Regimentos de Custas dos Estados, os quais serão pagos, pelo interessado que os requerer, na devolução do título registrado.

4ª Questão: São princípios informativos de Direito Registral Imobiliário:

- I. Continuidade e Especialidade.
- II. Disponibilidade e Publicidade.
- III. Prioridade e Instância.
- IV. Unitariedade de Matrícula e Fé Pública.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

5ª Questão: Estando a parte requerente inconformada com exigência feita por Oficial de Registro de Imóveis para a prática de ato que lhe incumbe por força de lei, poderá ela, segundo o art. 198 da Lei de Registros Públicos:

- a) Promover reclamação à Corregedoria Geral da Justiça.
- b) Promover reclamação à Direção do Foro.
- c) Impetrar mandado de segurança.
- d) Requerer ao Oficial que suscite dúvida ao Juiz Competente.
- e) Promover reclamação à Secretaria de Estado da Justiça.

6ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**. Segundo o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, são isentos de emolumentos, entre outros, os seguintes atos:

- a) Os atos notariais e de registro em que o Estado de Santa Catarina e seus Municípios forem interessados e tenham que arcar com este encargo.
- b) Os atos que, por imposição constitucional, ou por força de lei federal ou estadual, ou mesmo por solicitação de entidade pública federal, estadual ou municipal, ou de órgão judicial, venham a ser praticados pelos serviços notariais e de registro de forma gratuita.
- c) As certidões de nascimento, emancipação, casamento e de divórcio quando destinadas ao alistamento eleitoral ou militar.
- d) O fornecimento de qualquer documento, certidão, informação, cópia, traslado e autenticação requisitados por órgão do Ministério Público para instrução de procedimento que envolva interesse público ou coletivo.
- e) O registro de atas, estatutos sociais e alterações posteriores de entidades sem fins lucrativos.

7ª Questão: Segundo a Lei n. 6.015/1973, nas disposições gerais, no que tange à publicidade, conservação e responsabilidade, é **correto** afirmar:

- a) Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização administrativo-tributária ou judicial.
- b) O antigo cartório deve entregar o arquivo ao novo cartório criado por lei assim que ele for instalado.
- c) Os oficiais são civil e criminalmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos interessados no registro.
- d) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro desde que comprove o interesse do pedido ao oficial ou ao funcionário do cartório.
- e) O acesso ou envio de informações aos registros públicos, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores (internet), deverão ser assinados com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP.

8ª Questão: A respeito das Infrações Disciplinares e das Penalidades previstas na Lei n. 8.935/1994, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A conduta atentatória às instituições notariais e de registro é uma infração disciplinar que sujeita os notários e os oficiais de registro às penalidades nela cominadas.
- b) A perda da delegação dependerá de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa.
- c) Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por mais trinta.
- d) As penas serão impostas pelo juízo competente, independentemente da ordem de gradação, conforme a gravidade do fato.
- e) A pena de repreensão será aplicada no caso de falta leve.

9ª Questão: De acordo com o Regimento de Custas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Independentemente de pagamento de custas e emolumentos, os auxiliares da justiça, notários e registradores públicos fornecerão qualquer documento, certidão, informação, cópia, traslado e autenticação, inclusive em relação aos que lhes forem apresentados, requisitados pela autoridade judiciária ou órgão do Ministério Público, para instrução de procedimento que envolva interesse público ou coletivo.
- b) Todas as custas e emolumentos pagos de acordo com o Regimento de Custas serão cotados à margem dos originais, dispensados de constar nos respectivos traslados, certidões e públicas-formas.
- c) É vedada a cobrança de custas ou emolumentos por atos retificatórios ou renovados, em razão de erro imputável ao servidor.
- d) Nos atos relativos à constituição de dívidas ou financiamentos, como a hipoteca e o penhor, a base de cálculo é o valor do contrato.
- e) Aquele que receber custas ou emolumentos indevidos ou excessivos fica obrigado a restituí-los, devidamente corrigidos, incorrendo em multa equivalente ao dobro do seu valor, sem prejuízo das sanções penais e disciplinares previstas em lei.

10ª Questão: Acerca da alienação fiduciária de bem imóvel assinale a alternativa **correta**:

- a) A cessão do crédito objeto da alienação fiduciária implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à propriedade fiduciária em garantia.
- b) A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, sendo privativa das entidades que operam no Sistema Financeiro Imobiliário - SFI.
- c) Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor indireto e o fiduciário possuidor direto da coisa imóvel.
- d) Decorrido o prazo de 15 dias sem a purgação da mora, o oficial do competente Registro de Imóveis, certificando esse fato, promoverá o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade em nome do fiduciário, à vista da prova do pagamento, por este, do imposto de transmissão *inter vivos* e, se for o caso, do laudêmio.
- e) A propriedade superficiária não pode ser objeto de alienação fiduciária em garantia.

11ª Questão: Sobre o Registro de Títulos e Documentos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Quando o título, já registrado por extrato, for levado a registro integral, ou for exigido simultaneamente pelo apresentante o duplo registro, mencionar-se-á essa circunstância no lançamento posterior e, nas anotações do protocolo, far-se-ão referências recíprocas para verificação das diversas espécies de lançamento do mesmo título.
- b) Os títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, poderão ser registrados no original, para o efeito da sua conservação ou perpetuidade. Para produzirem efeitos legais no País e para valerem contra terceiros, deverão, entretanto, ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução, o que também se observará em relação às procurações lavradas em língua estrangeira.
- c) Os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, os de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis e os de alienação fiduciária estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros. Este registro produz efeitos em relação a terceiros a partir da data da apresentação do contrato, desde que apresentado dentro do prazo de 20 dias da data da sua assinatura pela partes.
- d) Caberá ao Registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício.
- e) O registro de contratos de penhor, caução e parceria será feito com declaração do nome, profissão e domicílio do credor e do devedor, valor da dívida, juros, penas, vencimento e especificações dos objetos apenhados, pessoa em poder de quem ficam, espécie do título, condições do contrato, data e número de ordem.

12ª Questão: Os jornais ou outras publicações periódicas devem ser matriculados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e o pedido de matrícula conterà as informações e será instruído com os documentos seguintes, **EXCETO**:

- a) Nome, idade, residência e prova da nacionalidade do proprietário.
- b) Nome, idade, residência e prova da nacionalidade do diretor ou redator-chefe.
- c) Título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários.
- d) Nome, idade, residência e prova de nacionalidade do jornalista responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.
- e) Se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e nome, idade, residência e prova de nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária.

13ª Questão: A ficha-padrão destinada ao reconhecimento de firmas dispensa:

- a) O nome do interessado, endereço, profissão, naturalidade, estado civil, filiação e data de nascimento.
- b) A data do depósito, a assinatura do interessado, aposta duas vezes, no mínimo, e a assinatura e nome do serventuário que verificou e presenciou o lançamento da assinatura da ficha-padrão.
- c) A presença de duas testemunhas nas dependências da serventia para apresentação do interessado no ato.
- d) A leitura biométrica da digital e a imagem facial do interessado no sistema eletrônico.
- e) Número e data de emissão do documento de identificação apresentado, quando houver, com repartição expedidora, e também os números de inscrição no Registro Geral e no Cadastro de Pessoa Física.

14ª Questão: Sobre a sentença arbitral e o Tabelionato de Protestos, assinale a alternativa **correta**:

- a) A sentença arbitral, mesmo contendo condenação líquida, necessita de homologação pelo Poder Judiciário, para possibilitar a apresentação para cobrança no Tabelionato de Protestos.
- b) A sentença arbitral que contenha condenação líquida pode ser apresentada para cobrança no Tabelionato de Protestos.
- c) A sentença arbitral, mesmo contendo condenação líquida, não pode ser apresentada para cobrança em Tabelionato de Protestos, por não se tratar de título de crédito ou documento de dívida.
- d) A sentença arbitral que contenha condenação líquida, por constituir-se em título executivo judicial, não pode ser apresentada para cobrança em Tabelionato de Protestos.
- e) A sentença arbitral, por constituir-se em título executivo extrajudicial, pode ser apresentada para cobrança em Tabelionato de Notas.

15ª Questão: Sobre o testamento é **correto** afirmar:

- I. É proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.
 - II. Qualquer tipo de testamento só pode ser escrito em língua nacional.
 - III. O analfabeto não pode testar.
 - IV. O cego pode testar através de testamento particular.
 - V. O surdo-mudo pode fazer testamento cerrado.
-
- a) Somente as proposições III e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e V estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16ª Questão: Tratando-se dos Princípios Fundamentais presentes no Título I da Constituição da República Federativa do Brasil, pode-se afirmar:

- I. O Brasil constitui-se de um Estado Democrático de Direito e tem entre seus fundamentos a dignidade da pessoa humana.
- II. A autodeterminação dos povos, segundo a Constituição Federal brasileira, é um dos princípios de regência no trato das relações internacionais.
- III. O pluralismo político constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- IV. A República Federativa do Brasil não tem por objetivo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

- a) Somente a proposição I está correta.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

17ª Questão: Tratando-se da competência legislativa prevista na Constituição Federal brasileira, pode-se afirmar:

- I. Somente a União Federal pode legislar sobre direito urbanístico.
- II. Os Estados e o Distrito Federal não podem legislar sobre direito urbanístico.
- III. Cabe exclusivamente ao Município legislar sobre urbanismo.
- IV. A União Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem legislar sobre direito urbanístico.

- a) Somente a proposição I está correta.
- b) Somente a proposição IV está correta.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e III estão corretas.

18ª Questão: Quanto aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, pode-se afirmar:

- I. O salário-família é pago indistintamente a todos os brasileiros em razão da relação de dependência do trabalhador nos termos da legislação aplicável.
- II. A gratificação de férias anuais remuneradas não está limitada a um terço do salário normal do trabalhador.
- III. O servidor público regido pelo regime estatutário faz jus ao fundo de garantia por tempo de serviço.
- IV. Em caso de acidente do trabalho, o trabalhador tem direito a seguro, com encargo ao empregador, e por isso não tem direito a qualquer indenização civil decorrente do acidente ocorrido em razão da função desempenhada.

- a) Somente a proposição IV está correta.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

19ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O devido processo legal só é garantido àqueles procedimentos judiciais e administrativos nos quais há a possibilidade de privação de liberdade.
- b) Aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, irrestritamente.
- c) O direito de petição, garantia fundamental, é assegurado a todos, porém somente àqueles reconhecidamente carentes é dada a isenção do pagamento de taxas.
- d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político.
- e) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado caso se comprove seu envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

20ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos, entre outros, o Ministro da Justiça e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante somente em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, nas esferas federal e estadual, bem como poderá proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- c) O INSS é uma autarquia federal, portanto as causas que tenham por objetivo o pleito de auxílio-acidente oriundo de infelizmente devem ser submetidas ao processamento e julgamento perante os juízes federais.
- d) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. A essa disposição constitucional se dá o nome de Cláusula de Reserva de Plenário.
- e) Nos termos da Constituição Federal, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios não integram o Poder Judiciário Nacional.

21ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A lei orgânica municipal não deve observar o princípio de simetria com respeito aos princípios inscritos na Constituição Federal e na Constituição Estadual do respectivo Estado a que pertence seu território.
- b) A Constituição autoriza os Municípios com uma população superior a 100 (cem) mil habitantes a criar um Tribunal de Contas.
- c) Compete aos Municípios legislar somente sobre assuntos de interesses locais.
- d) Aos Estados pertencem as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras. Porém, as fortificações e construções militares pertencem à União.
- e) Segundo a Constituição Federal, os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios presentes na Carta da República, sendo-lhes reservadas as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.

22ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A competência da União de instituir impostos não é exaustiva àqueles tipos tributários descritos na Constituição Federal, uma vez que, por lei ordinária, poderá também a União instituir impostos não previstos no artigo 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- b) A instituição do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é da competência da União. Contudo, pertence aos Estados, Distrito Federal e Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- c) É da competência dos Estados e do Distrito Federal instituir o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), nos termos constitucionais. O produto da arrecadação de tal imposto, conforme sua especificidade, tem por disposição constitucional a aplicação vinculada na construção e na manutenção do sistema viário terrestre.
- d) Instituir o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU é da competência do Município e do Distrito Federal. Esse imposto, conforme desenho constitucional, admite a seletividade na medida em que autoriza o tratamento diferenciado em razão do uso e da localização do bem imóvel. Por outro lado, ele pode ser submetido ao artifício da progressividade da alíquota na medida em que se aumenta a base de cálculo. Porém, a Constituição Federal só autoriza progressividade fiscal quando enuncia que o IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- e) Em se tratando de importação de produtos estrangeiros, a União está desautorizada a cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

23ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Compete, privativamente, ao Senado Federal eleger os membros do Conselho da República, que é órgão superior de consulta do Presidente da República.
- b) Compete, exclusivamente, à Câmara dos Deputados a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios, e a organização judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.
- c) Cabe ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- d) Aos Deputados e Senadores é reservada a garantia da liberdade de expressão, sendo por isso dito invioláveis penalmente quanto a quaisquer de suas opiniões, palavras e votos; contudo, eles respondem civilmente pelas consequências dessas mesmas opiniões, palavras e votos.
- e) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime afiançável.

24ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Segundo o processo legislativo descrito na Constituição Federal, as leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, que deverá, por sua vez, solicitar a delegação ao Congresso Nacional. Contudo, não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e as matérias reservadas à lei complementar.
- b) Por disposição expressa constitucional, o Presidente da República pode considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, oportunidade em que o vetará total ou parcialmente, e o veto parcial, caso ocorrente, poderá abranger somente expressões. Neste caso, para esse fim terá o prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto.
- c) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, detendo em razão de suas conclusões competência de impor responsabilidade criminal e civil aos investigados.
- d) Os decretos legislativos, restritos ao ambiente do Congresso Nacional, segundo a Constituição Federal, não fazem parte do processo legislativo.
- e) As leis complementares exigem quórum qualificado, por isso são aprovadas, após discussão e votação, em dois turnos, com maioria simples nas duas casas legislativas.

25ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Em qualquer caso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.
- b) O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, protegendo as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
- c) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, entre outros, nos termos da lei, à cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- d) A assistência social será prestada pelo Poder Público a quem dela necessitar, desde que o necessitado tenha contribuído para a seguridade social pelo período mínimo de 10 anos.
- e) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26ª Questão: A respeito da administração pública indireta, pode-se afirmar:

- I. A criação pelo Poder Público de autarquia e a autorização para a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação pública exigem lei com conteúdo específico.
- II. A autarquia, por fazer parte da administração pública indireta, não detém personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar as atividades típicas que a rigor seria obrigação da administração pública exercer diretamente.
- III. Sociedade de economia mista classifica-se como pessoa jurídica de direito privado, instituída por lei específica, sob qualquer forma jurídica admitida em direito, para exploração de atividade econômica ou execução de serviços públicos, constituída de capitais públicos e privados.
- IV. As fundações públicas, como integrantes da administração pública indireta, criada por lei específica, cabendo à lei complementar definir a área de sua atuação, admitem, exclusivamente, a título de natureza jurídica, a necessidade de constituir-se em personalidade jurídica de direito público.

- a) Somente a proposição I está correta.
- b) Somente a proposição IV está correta.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) Somente as proposições II e III estão corretas.

27ª Questão: A respeito da Lei de Improbidade Administrativa, pode-se afirmar:

- I. Todos os agentes públicos respondem nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, exceto os agentes políticos que exercem mandato eletivo junto aos parlamentos, já que estes detêm fórum privilegiado para responder pelos crimes de responsabilidade.
- II. As sanções e o ressarcimento de danos ao erário prescrevem em cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança e, dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- III. Segundo disposição legal presente na Lei de Improbidade Administrativa, os atos de improbidade administrativa dividem-se em atos que importam em enriquecimento ilícito, resultam em prejuízo ao erário e atentam contra os princípios da administração pública. Para restar o agente público sancionado por infração às condutas vedadas, a lei de improbidade exige genericamente que ele tenha agido com dolo e que tenha havido prejuízo ao erário.
- IV. Nos termos da lei de improbidade, independentemente da conduta praticada pelo agente público ou por aqueles que não sendo agentes são porém a eles assemelhados nos termos da referida lei, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, constituindo-se elas de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo

patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

- a) Somente a proposição I está correta.
- b) Somente a proposição III está correta.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) Nenhuma proposição está correta.

28ª Questão: A respeito dos princípios constitucionais aplicáveis à administração pública, pode-se afirmar:

- I. O princípio da supremacia do interesse público não se constitui como um princípio constitucional administrativo, uma vez que não está previsto expressamente na cabeça do artigo 37 da Constituição Federal.
- II. Segundo o princípio da legalidade, presente no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, o administrador público somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado em lei e nas demais espécies normativas, não havendo por isso vontade subjetiva dele, dado que na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. Contudo, esse princípio que estabelece severa vinculação encontra-se relativizado quando no exercício da atividade administrativa o administrador público pratica atos tidos como discricionários. Esses atos, ao contrário dos vinculados, exigem do administrador público certa margem de operatividade para que se alcance o desiderato maior que é o interesse coletivo (bem-estar social). Nesse diapasão, o administrador público, no afã de alcançar o bem comum, edita o ato discricionário com esteio na conveniência e na oportunidade, razão pela qual não se exige dele submissão completa ao império constitucional e nem ao legal, relativizando-se assim o princípio da legalidade.
- III. O princípio da razoabilidade, ainda que não expresso no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, é considerado como um princípio constitucional administrativo, uma vez que exige do administrador público agir com proporcionalidade na materialização do exercício da função pública e atuar com justiça e adequação subministrando seus atos impelido por critérios racionais e coerentes, consentâneos com a realidade dos fatos.
- IV. O princípio da publicidade presente também no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal veste a regra da transparência administrativa. Seu objetivo é dar conhecimento público à sociedade de todas as decisões administrativas, produzindo, a partir de então, seus consequentes efeitos. Todavia, a publicidade, mesmo que considerada princípio constitucional expresso, cede em razão do interesse público, quando este por seus próprios motivos assim o exigir.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição IV está correta.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

29ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A modalidade de licitação através de pregão já estava prevista na Lei das Licitações (Lei n. 8.666/1993), a qual, todavia, por ter se tornado anacrônica e possuir regras mais dificultosas em razão de sua formalidade, foi novamente regulada pela Lei n. 10.520/2002, que consubstancia regras mais claras, precisas, modernas e menos burocratas que a legislação que se encontrava em vigor. Contudo, a Lei das Licitações, em casos específicos e desde que não contrarie a Lei do Pregão, pode ser aplicada subsidiariamente a essa modalidade.
- b) O pregão é a modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens em que os padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital através de especificações editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- c) Segundo a Lei n. 10.520/2002, o pregão é composto de três fases distintas, a saber: fase preparatória, fase de habilitação e a fase dita externa.
- d) O pregão é uma modalidade de licitação que pode ser utilizada para compras e contratação de bens e serviços comuns efetuadas pelo sistema de registro de preços nos termos da Lei das Licitações (Lei n. 8.666/1993).
- e) No pregão, segundo sua lei (Lei n. 10.520/2002), quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a pessoa jurídica licitante pelo prazo de cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

30ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O caso fortuito ou a força maior, quando ocorrente sua comprovação em uma ação reparatória contra o Estado, exclui a condenação deste, uma vez que a ocorrência de natureza imprevisível e inevitável, absolutamente independente da vontade do agente público, rompe com o nexo de causalidade entre o evento danoso e o resultado dele.
- b) Tratando-se de responsabilidade civil do Estado, nos termos adotados pela Constituição Federal brasileira, a absolvição do servidor público em juízo criminal por possível ato praticado no exercício da atividade funcional, por falta de provas, impede a condenação do Estado em uma ação de reparação civil de danos materiais e morais em razão do mesmo fato apurado no juízo criminal no qual o servidor restou absolvido.
- c) O Estado, uma vez condenado em ação em que se apura sua responsabilidade civil, não detém contra o servidor ação regressiva para recuperar aquilo que pagou à vítima lesada por ato de ofício praticado pelo servidor público.
- d) Na Teoria do Risco Integral, é indispensável a existência do evento danoso e do nexo causal para que surja a obrigação de indenizar para a administração pública, mesmo que o dano seja resultante de culpa exclusiva da vítima.
- e) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é subjetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo se apura no preconizado pela Constituição Federal a respeito da responsabilização civil do Estado.

31ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Os estrangeiros, assim como os brasileiros, no âmbito da administração pública direta e indireta, podem ocupar cargos, funções e empregos públicos sem qualquer restrição.
- b) Nos termos das regras constitucionais hoje vigentes, a criação, a transformação e a extinção de cargos, empregos e funções públicas nos três Poderes é da competência do Congresso Nacional, exercida por meio de lei, que será de iniciativa do Presidente da República.
- c) Observadas as disposições constitucionais vigentes e atendido o princípio da universalidade e o acesso de todos ao serviço público, a estipulação de limite de idade em editais de concursos públicos, independentemente da natureza do cargo a ser preenchido, apresenta-se como inconstitucional.
- d) Os cargos em comissão são aqueles editados em norma regulamentar de cada Poder da República como de livre nomeação ou exoneração. Impõe isso a crer que, em princípio, qualquer pessoa, mesmo que não seja servidor público de qualquer Poder, em quaisquer de suas três esferas, pode ser nomeada para exercer um cargo em comissão.
- e) A contratação por tempo determinado, tal qual prevista sua possibilidade na Constituição Federal, é restrita para atender determinada situação temporária de excepcional interesse público. Assim, obrigatoriamente, têm que estar presentes para a contratação dois requisitos indispensáveis: situação temporária, o que significa por determinado intervalo de tempo, e que essa situação temporária seja de excepcionalidade, isso é, situações não comuns vividas pela administração pública contratante, não se enquadrando nessas exigências a contratação provisória com o fito de substituir servidores efetivos afastados por qualquer motivo, inclusive no gozo de férias e licença-prêmio, e outras situações plenamente previsíveis.

32ª Questão: Assinale a alternativa **correta** a respeito dos direitos e garantias constitucionais dos trabalhadores em geral aplicáveis aos servidores públicos:

- a) O servidor público tem o direito de receber pelo menos o salário mínimo, sendo considerado este a base na qual incidirá toda a sorte de gratificações ou indenizações a que porventura faça jus e não sendo o salário mínimo a remuneração total do servidor.
- b) O servidor público faz jus à remuneração pelo serviço extraordinário em no mínimo 20% a mais do que o normal.
- c) A Constituição Federal tolera, desde que racionalmente justificada, a existência de diferenças salariais quanto ao exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- d) O servidor público estatutário, quando exonerado a bem do serviço público, faz jus ao seguro-desemprego. Porém, quando for exonerado a pedido, não fará jus a esse direito.
- e) Os servidores públicos não fazem jus à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

33ª Questão: Sobre o regime previdenciário aplicável ao servidor público é **correto** afirmar:

- a) Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, assim reconhecido, de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência pública, sendo autorizada a aplicação subsidiariamente às regras dispostas no regime geral de previdência social.
- b) Os servidores públicos abrangidos pelo regime de previdência serão aposentados, sendo calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma descrita na Constituição Federal, voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, contando o homem com 65 anos de idade e a mulher com 60 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- c) Os servidores públicos abrangidos pelo regime de previdência serão aposentados por invalidez permanente com proventos integrais ao tempo de contribuição, exceto nos casos de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- d) O benefício de pensão por morte, concedido ao beneficiário do servidor falecido, será igual ao valor da totalidade dos proventos do finado, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de 50% da parcela excedente a esse limite, caso aposentado à data do óbito.
- e) O tempo de serviço prestado a qualquer ente federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, sendo que a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

34ª Questão: A respeito da Teoria dos Atos Administrativos, é **correto** afirmar:

- a) A finalidade é classificada como um dos requisitos de validade do ato administrativo, cuja essência reside em não só atingir um fim de interesse público, mas também no interesse do governo, no sentido levar a cabo seu desiderato ideológico-partidário.
- b) A competência constitui um dos requisitos de validade do ato administrativo, e singulariza-se pelo poder legal conferido em favor do agente público para o desempenho específico das atribuições de seu cargo, que diante de determinadas situações excepcionais podem ser renunciadas e não apenas delegadas.
- c) O Poder Judiciário pode declarar a invalidade de um ato administrativo discricionário quando, analisando os termos desse ato, verificar que o motivo determinante distendido para sua edição não se apresenta justificável diante de sua ilegitimidade.
- d) São os elementos motivo e objeto que permitem verificar se o ato administrativo é vinculado ou discricionário. Nos atos vinculados, o binômio motivo-objeto determina o denominado mérito administrativo, que deve estar presente intrinsecamente em todo ato administrativo.
- e) Todo ato administrativo em sua edição deve ser dotado de motivo. Qualquer ato que não contenha expressamente a motivação em sua edição é passível de ter reconhecida sua ilegitimidade por parte do Poder Judiciário, pois não basta o lastro de haver motivo para sua existência, mas sim que sua motivação seja exteriorizada no ato.

35ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os bens públicos são tradicionalmente classificados levando-se em conta três aspectos singulares: a titularidade, a destinação e a disponibilidade. Tendo presente o objeto a que se destinam, pode-se dizer que uma praça pública é considerada como bem de uso comum do povo.
- b) Os bens públicos são considerados bens imprescritíveis. Portanto, mesmo que considerada de fato e de direito, uma grande área de terra rural que se apresenta em situação de verdadeiro abandono, sem qualquer uso, sem fiscalização, é insuscetível de aquisição por meio da prescrição aquisitiva para fins de reforma agrária.
- c) Servidão administrativa ou pública é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar da propriedade imóvel particular e pública para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário do imóvel atingido.
- d) As margens dos rios navegáveis são de domínio público; insuscetíveis de expropriação e, por isso mesmo, excluídas de indenização.
- e) Na desapropriação, o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro por razões de utilidade pública, de necessidade pública ou de interesse social, mediante justa e prévia indenização. Os bens públicos, a despeito de suas características de inalienabilidade, impenhorabilidade, imprescritibilidade e não onerabilidade, são passíveis de expropriação, desde que se faça presente autorização legislativa para o ato. Portanto, é possível concluir que o Município possa, em situação de relevante valor social, em prol da mobilidade urbana citadina, desapropriar área de terra da União situada em centro urbano que se apresenta em desuso.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36ª Questão: Quanto ao princípio da legalidade, é **correto** afirmar:

- a) A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo e a fixação do prazo para recolhimento sujeitam-se ao princípio da legalidade.
- b) A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo está sujeita ao princípio da legalidade; a fixação do prazo para recolhimento não se sujeita ao princípio da legalidade.
- c) A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo não está sujeita ao princípio da legalidade; a fixação do prazo para recolhimento está sujeita ao princípio da legalidade.
- d) A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo e a fixação do prazo para o recolhimento não estão sujeitas ao princípio da legalidade.
- e) A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo e a fixação do prazo para o recolhimento estão sujeitas ao princípio da legalidade apenas no que concerne às taxas e aos empréstimos compulsórios.

37ª Questão: Quanto às espécies tributárias previstas constitucionalmente, é **correto** afirmar:

- a) A par das duas modalidades de tributos a que se refere o artigo 145, há previsão de outras duas modalidades nos artigos 148 e 149, permitindo concluir que são quatro as espécies tributárias estabelecidas pela Constituição Federal.
- b) A par das três modalidades de tributos a que se refere o artigo 145, há previsão de outras duas modalidades nos artigos 148 e 149, permitindo concluir que são cinco as espécies tributárias estabelecidas pela Constituição Federal.

- c) Sem indicar diretamente quais as espécies tributárias inerentes ao ordenamento jurídico, a Constituição Federal estabeleceu quais os fatos geradores possíveis de ser adotados pelas pessoas jurídicas de direito público.
- d) De acordo com a Constituição Federal, constituem-se tributos apenas os impostos e as taxas.
- e) A par das cinco modalidades de tributos a que se refere o artigo 145, há previsão de outras duas modalidades nos artigos 148 e 149, permitindo concluir que são sete as espécies tributárias estabelecidas pela Constituição Federal.

38ª Questão: Quanto às taxas, é **correto** afirmar:

- a) É exigível do legislador identidade entre o custo real dos serviços e o montante que o contribuinte pode ser compelido a pagar, tendo em vista a base de cálculo estabelecida pela lei e o *quantum* da alíquota por esta fixado.
- b) Não se pode exigir do legislador mais do que equivalência razoável entre o custo real dos serviços e o montante que o contribuinte pode ser compelido a pagar, tendo em vista a base de cálculo estabelecida pela lei e o *quantum* da alíquota por esta fixado.
- c) Não se pode exigir do legislador qualquer equivalência entre o custo real dos serviços e o montante que o contribuinte pode ser compelido a pagar.
- d) Em razão dos princípios da virtual impossibilidade de aferição matemática direta do custo de cada atuação do Estado, tornou-se desnecessária qualquer vinculação entre os serviços prestados pelo Estado e os montantes cobrados do contribuinte.
- e) As taxas, por sua singularidade, constituem-se em exações cujo montante da contraprestação depende exclusivamente do custo estatal, razão pela qual se torna inconstitucional a cobrança de qualquer valor que não possua a aceitação expressa do contribuinte.

39ª Questão: Quanto à criação de tributos, é **correto** afirmar:

- a) A Constituição Federal não faz qualquer ressalva quanto ao tipo de tributo que poderá ser criado por medida provisória, exigindo apenas que seus efeitos se produzam no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada, devendo ser obedecida, todavia, a anterioridade nonagesimal.
- b) A Constituição Federal autoriza a criação de impostos sobre importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, por meio de medida provisória, mas esta só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada, devendo ser obedecida, todavia, a anterioridade nonagesimal.
- c) Poderão ser criados, salvo as exceções constitucionais, por medida provisória, mas esta só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada, devendo ser obedecida, todavia, a anterioridade nonagesimal.
- d) Não poderão ser criados por medida provisória em razão do princípio da legalidade restrita.
- e) Somente poderão ser criados por lei complementar, ressalvados os casos expressos na Constituição Federal.

40ª Questão: Quanto à competência tributária, é **correto** afirmar:

- a) A competência tributária ordinária é indelegável, sendo possível, contudo, delegar a capacidade tributária ativa.
- b) Tanto a competência tributária ordinária quanto a capacidade tributária ativa são passíveis de delegação.
- c) A competência tributária ordinária e a capacidade tributária ativa são indelegáveis.
- d) A capacidade tributária ativa é indelegável, sendo possível, contudo, delegar a competência tributária ordinária.
- e) A Emenda Constitucional n. 42/2003, que altera o Sistema Tributário Nacional, unificou os conceitos de competência e capacidade tributária, tornando ambas insuscetíveis de delegação.

41ª Questão: No que tange ao crédito tributário, é **correto** afirmar:

- a) Podem ser extintos pelo pagamento; pela compensação; pela transação; pela remissão; pela prescrição; pela decadência; pela anistia e pela isenção.
- b) Podem ser extintos apenas pela anistia e pela isenção.
- c) Somente podem ser excluídos pela compensação; pela remissão; pela prescrição; pela decadência e pela anistia.
- d) Somente podem ser extintos pelo pagamento; pela compensação; pela transação; pela remissão; pela prescrição; pela decadência; pela anistia e pela isenção.
- e) Podem ser extintos pelo pagamento; pela compensação; pela transação; pela remissão; pela prescrição e pela decadência.

42ª Questão: Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro, atendidas ainda as seguintes regras:

- I. Os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País.
 - II. Os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos específicos, fixados para cada espécie de ato.
 - III. É vedado classificar os atos específicos de cada serviço em atos relativos a situações jurídicas sem conteúdo financeiro. Os atos relativos a situações jurídicas com conteúdo financeiro terão seus emolumentos fixados mediante a observância de faixas que estabeleçam valores mínimos e máximos, nas quais se enquadrará o valor constante do documento apresentado aos serviços notariais e de registro.
 - IV. Os emolumentos cobrados em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro terão seus valores reduzidos em 70% do valor fixado para o ato válido.
- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

43ª Questão: De acordo com a Lei n. 8.212/1991:

- I. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.
- II. A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso dos menos favorecidos economicamente às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- III. A Previdência Social tem por fim assegurar a todos, universal e igualitariamente, meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
- IV. A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, mediante contribuição à Seguridade Social.

- a) Somente a proposição I está correta.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

44ª Questão: De acordo com a Constituição Federal, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

- I. Do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; a receita ou o faturamento; o lucro.
- II. Do trabalhador, não incidindo sobre os demais segurados da previdência social, ressalvadas a contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.
- III. Sobre a receita de concursos públicos de provas ou de provas e títulos.
- IV. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

45ª Questão: Analisando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, ressalvado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário.
- II. As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.
- III. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, facultada a cobrança desta na fatura de consumo de energia elétrica.
- IV. Apenas a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios.

- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

DIREITO CIVIL

46ª Questão: O silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, nos negócios jurídicos bilaterais, constitui omissão dolosa quando:

- a) O dolo for acidental.
- b) A omissão for acidental.
- c) Houver prova de que sem a omissão não teria sido celebrado.
- d) O negócio teria sido celebrado independentemente da omissão.
- e) Somente na hipótese de ocorrer dolo de terceiro.

47ª Questão: Sobre a prescrição é **correto** afirmar:

- I. Durante o poder familiar, não corre entre ascendentes e descendentes.
- II. Corre entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal.
- III. Não corre entre tutelados e seus tutores durante a tutela.
- IV. Corre entre curatelados e curadores durante a curatela.
- V. Entre ascendentes e descendentes corre durante o poder familiar.

- a) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

48ª Questão: Na obrigação de dar coisa incerta, se determinada pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence:

- a) Ao credor, sendo o devedor obrigado a prestar a coisa melhor.
- b) Ao devedor, podendo escolher a coisa que melhor lhe aprouver.
- c) Ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- d) Sempre ao credor, escolhendo a que melhor lhe aprouver.
- e) Sempre ao devedor, não sendo este obrigado a prestar a melhor, nem podendo dar a pior.

49ª Questão: Há solidariedade nas obrigações quando:

- I. Na mesma obrigação concorre mais de um credor com direito a toda a dívida.
- II. Na mesma obrigação concorre mais de um devedor obrigado à dívida toda.
- III. A solidariedade se presume.
- IV. Na mesma obrigação concorrem apenas um credor e um devedor.
- V. Em duas obrigações distintas concorrem o mesmo devedor e o mesmo credor.

- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

50ª Questão: A cessão de crédito tem eficácia em relação ao devedor quando:

- I. Por escrito particular ele se declarou ciente da cessão.
- II. Não foi notificado porque mudou de endereço.
- III. Negou-se a receber a notificação.
- IV. Por escrito público ele se declarou ciente da cessão.
- V. Foi notificado da cessão.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I e V estão corretas.
- d) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

51ª Questão: Sobre as arras confirmatórias é possível afirmar:

- I. Firmam a presunção de obrigatoriedade do contrato.
- II. Significam a antecipação da prestação prometida pelo contratante.
- III. Fixam prévia determinação das perdas e danos pelo não cumprimento das obrigações.
- IV. Não mais existem ante a não repetição do artigo 1.094 do Código Civil de 1916 - CC/1916.
- V. Valem como taxa mínima na hipótese de descumprimento do contrato, podendo a parte inocente pedir indenização suplementar.

- a) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

52ª Questão: Sobre os contratos é **correto** afirmar:

- a) Os contratantes são obrigados a guardar os princípios da boa-fé e da probidade apenas na conclusão dos contratos.
- b) Quando de adesão, as cláusulas ambíguas ou contraditórias se interpretam em favor do estipulante.
- c) São lícitas as cláusulas de renúncia antecipada a direitos pelo aderente nos contratos de adesão.
- d) É ilícita a estipulação de contratos atípicos, mesmo observadas as normas gerais fixadas pelo Código Civil.
- e) A função social do contrato limita a liberdade de contratar.

53ª Questão: Quanto à formação dos contratos, é correto afirmar:

- a) Se, feita com prazo determinado, não for imediatamente aceita.
- b) Se aceita fora do prazo, com adições, restrições ou modificações, não importa em nova proposta.
- c) Considera-se existente a aceitação da proposta se concomitante a ela chegar retratação do aceitante.
- d) Se o negócio for daqueles em que não é costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, reputar-se-á anulado o contrato.
- e) Deixa de ser obrigatória a proposta se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

54ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva.
- b) Se já estava na posse da coisa móvel ou imóvel, o prazo conta-se da alienação, só que, neste caso, reduzido à metade.
- c) Se, por sua natureza, o vício só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que o adquirente dele tiver ciência, até o prazo máximo de 180 dias, em se tratando de bens móveis.
- d) As partes, por cláusula expressa, não podem reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- e) Se, por sua natureza, o vício só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que o adquirente dele tiver ciência, até o prazo máximo de um ano, em se tratando de bens imóveis.

55ª Questão: É **INCORRETO** afirmar que, salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou:

- a) À indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.
- b) À indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que diretamente resultarem da evicção.
- c) Ao preço integral da coisa, ainda que o desfalque seja proporcional.
- d) Ao valor da coisa na época da alienação.
- e) Às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56ª Questão: Quanto à causa de pedir, na petição inicial, aponte a alternativa **correta**:

- a) A errônea capitulação legal não conduz à inépcia.
- b) O nosso sistema processual adotou o princípio da substanciação, razão por que é desnecessária a exposição dos fatos para a compreensão da relação jurídica.
- c) Os fundamentos jurídicos do pedido se confundem com os fundamentos legais.
- d) O nome dado à ação é relevante, tanto que ele é exigido pelo art. 282 do Código de Processo Civil - CPC.
- e) A lei exige que o autor mencione o artigo de lei em que se baseia o pedido.

57ª Questão: Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa **correta**:

- I. obsta o prosseguimento da reconvenção a desistência da ação.
- II. Citado o réu, não é lícito ao autor alterar o pedido, salvo com o consentimento do réu, se antes do saneador.
- III. A desistência da ação só produz efeito após homologada por sentença.
- IV. Não havendo recurso tempestivo do despacho saneador, ocorre a preclusão consumativa.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

58ª Questão: Acerca do recurso próprio das decisões abaixo, assinale a resposta **INCORRETA**:

- a) Cabe agravo da exclusão de um dos litisconsortes passivos da relação processual no despacho saneador.
- b) Cabe agravo da decisão que resolve o incidente de impugnação do valor da causa.
- c) É agravável a decisão concessiva ou negativa de liminar em sede de ação cautelar.
- d) O agravo das decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento será o retido.
- e) Cabe apelação da concessão da antecipação de tutela, por envolver decisão de mérito.

59ª Questão: Sobre a antecipação da tutela é **INCORRETO** afirmar:

- a) O processo prosseguirá até final julgamento, mesmo que não concedida a tutela antecipada.
- b) A antecipação de tutela não poderá ser concedida se apenas um dos pedidos cumulados ou parcela deles forem incontroversos.
- c) Ainda que requerida a título de tutela antecipada, o juiz pode deferir providência de natureza cautelar incidental no processo ajuizado se presentes os pressupostos.
- d) É possível a concessão de tutela antecipatória se caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- e) A liminar concessiva da antecipação de tutela é desde logo passível de efetivação prática.

60ª Questão: Acerca da revelia, assinale a resposta **INCORRETA**:

- a) Nos Juizados Especiais Cíveis, a ausência injustificada do réu à audiência de instrução e julgamento ou à sessão de conciliação produz a revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz.
- b) Não é exigível o comparecimento pessoal do réu à audiência de conciliação, no procedimento sumário, podendo ele ser representado por preposto, mesmo sem poderes para transigir.
- c) Sendo nula ou inexistente a citação, não ocorrem os efeitos da revelia.
- d) Falecendo o procurador do demandado e não constituindo o réu outro mandatário no prazo de vinte dias, o processo prosseguirá à sua revelia.
- e) Será reputado revel o réu que não sanar a incapacidade processual ou a irregularidade da representação no prazo assinado pelo juiz.

61ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) No litisconsórcio passivo, o reconhecimento do pedido por um dos réus não deve prejudicar os demais, assim como a confissão de um não alcança os demais litisconsortes.
- b) O reconhecimento da procedência do pedido alcança somente os fatos e não o direito.
- c) Das diversas modalidades de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil - CPC, o réu somente poderá provocar a nomeação à autoria e a denunciação da lide.
- d) A reconvenção não pode ser apresentada independentemente de contestação.
- e) Na ação declaratória incidental se pode objetivar tanto a declaração da relação jurídica subordinante quanto algum pedido constitutivo ou condenatório diverso contraposto.

62ª Questão: Assinale a alternativa **correta** acerca da prova:

- a) A sentença pode fundar-se unicamente em prova emprestada, mesmo que as partes não tenham tido a oportunidade de sobre ela se manifestar.
- b) A confissão ficta alcança o litisconsorte.
- c) Tratando-se de direito indisponível, não é pleno o poder instrutório do juiz.
- d) Tratando-se de direito estadual, municipal, estrangeiro ou consuetudinário, deve-se provar o direito invocado, inclusive seu teor e vigência, se assim determinar o juiz.
- e) Ainda que incontroversos os fatos, é necessária sua prova.

63ª Questão: Sobre a coisa julgada, analise as proposições a seguir:

- I. Fazem coisa julgada material as razões de decidir, porque relativas aos motivos da sentença.
- II. As sentenças extintivas sem julgamento de mérito fazem coisa julgada material.
- III. As sentenças proferidas nos procedimentos de jurisdição voluntária fazem apenas coisa julgada formal.
- IV. Passada em julgado a sentença de mérito, pelo *princípio do dedutível e do deduzido*, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento como à rejeição do pedido.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

64ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** no que diz respeito à eficácia das leis processuais no tempo e no espaço:

- a) Pelo nosso sistema processual permite-se a aplicação direta pelo juiz da norma processual estrangeira.
- b) O Código de Processo Civil, em tema de direito intertemporal, adotou o *princípio "tempus regit actum"*.
- c) O princípio que regula as leis processuais no tempo é o da irretroatividade, ou seja, a lei nova, ao entrar em vigor, disciplina os processos em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- d) O princípio que define a eficácia espacial das normas processuais é o da territorialidade (*lex fori*).
- e) Pelo nosso sistema processual só indiretamente se permite ao juiz examinar norma processual estrangeira, quando verificar que um ato processual realizado em outro território pode ser considerado válido e eficaz.

65ª Questão: É correto afirmar:

- a) O recurso interposto por um devedor, havendo solidariedade passiva, não aproveitará aos outros, mesmo que as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
- b) O recurso interposto por um dos litisconsortes somente a este aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- c) No litisconsórcio facultativo, o juiz poderá limitar o número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- d) Ainda que cada litisconsorte seja considerado litigante distinto nas relações com a parte adversa, os atos de um sempre prejudicarão ou beneficiarão os outros.
- e) Havendo conexão entre as causas, o litisconsórcio será obrigatório.

DIREITO PENAL

66ª Questão: João foi denunciado pela prática do delito previsto no art. 37 da Lei n. 11.343/2006 – Lei de Drogas – por utilizar um radiocomunicador para avisar aos traficantes do morro a presença de policiais militares na região. Como era primário, foi-lhe aplicada a seguinte sanção:

- a) 2 (dois) anos de reclusão, em regime aberto, tendo a pena sido substituída nos termos do art. 44 do Código Penal.
- b) 2 (dois) anos de reclusão, em regime integralmente fechado, sem direito à substituição de pena, por se tratar de crime hediondo.
- c) 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, sem direito à substituição de pena, por se tratar de crime hediondo.
- d) 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, sem direito à substituição de pena.
- e) 2 (dois) anos de detenção, em regime inicial aberto, tendo a pena sido substituída nos termos do art. 44 do Código Penal.

67ª Questão: Sobre a prescrição, em Direito Penal, é **correto** afirmar:

- a) Depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial a data do crime.
- b) Depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pelo máximo da pena prevista para o delito, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial a data do crime.
- c) Depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pelo mínimo da pena prevista para o delito, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial a data do crime.
- d) Depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a defesa ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial a data do crime.
- e) Depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a defesa, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pelo mínimo da pena prevista para o delito, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial a data do crime.

68ª Questão: Acerca do erro sobre elementos do tipo é **correto** afirmar:

- a) Não exclui o dolo, mas reduz a pena de um a dois terços.
- b) Configura circunstância atenuante.
- c) Exclui a imputabilidade.
- d) Configura crime impossível por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto.
- e) Exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

69ª Questão: Sobre as penas privativas de liberdade é **correto** afirmar:

- a) O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.
- b) As penas de reclusão e detenção devem ser cumpridas em regime fechado, semiaberto ou aberto.
- c) O condenado a pena privativa de liberdade em regime fechado poderá frequentar cursos supletivos, profissionalizantes, de instrução de 2º grau ou superior.
- d) Não se computa, a título de detração, a pena privativa de liberdade cumprida no estrangeiro.
- e) O preso conserva todos os direitos, inclusive aqueles atingidos pela perda da liberdade.

70ª Questão: Não constitui crime contra a dignidade sexual:

- a) Exploração sexual de vulnerável.
- b) Rapto violento ou mediante fraude.
- c) Violência sexual mediante fraude.
- d) Estupro de vulnerável.
- e) Favorecimento à prostituição.

71ª Questão: Maria soltou o animal da propriedade vizinha à sua, fazendo-o desaparecer. A ação praticada por Maria é:

- a) Crime de dano.
- b) Atípica.
- c) Crime de furto.
- d) Crime de introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.
- e) Apropriação indébita de animal.

72ª Questão: Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida; oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público; retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício; solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, são condutas que constituem, respectivamente, os crimes de:

- a) Concussão; corrupção passiva; prevaricação e corrupção ativa.
- b) Corrupção passiva; corrupção ativa; prevaricação e concussão.
- c) Concussão; corrupção ativa; prevaricação e corrupção passiva.
- d) Corrupção passiva; concussão; corrupção ativa e prevaricação.
- e) Prevaricação, corrupção passiva, concussão e corrupção ativa.

73ª Questão: Sobre as Súmulas do Supremo Tribunal Federal, em Direito Penal, pode-se afirmar:

- I. Admite-se continuidade delitiva nos crimes contra a vida.
- II. É pública incondicionada a ação penal por crime de sonegação fiscal.
- III. A prescrição pela pena em concreto é somente da pretensão executória da pena privativa de liberdade.
- IV. A lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, mesmo que a sua vigência seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

74ª Questão: Acerca das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, em Direito Penal, pode-se afirmar:

- I. O crime de extorsão depende para sua consumação da obtenção de vantagem indevida.
- II. A reincidência influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- III. Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.
- IV. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições I e III estão corretas.

75ª Questão: Comete delito de estelionato o agente que obtém, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento. Nas mesmas penas incorre quem:

- a) Frauda recebimento de indenização ou valor de seguro e exerce o curandeirismo.
- b) Frauda a entrega de coisa e pratica o charlatanismo.
- c) Fornece substância médica em desacordo com receita e frauda no pagamento por meio de cheque.
- d) Emite duplicata simulada e frauda no pagamento por meio de cheque.
- e) Defrauda penhor e dispõe de coisa alheia como própria.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

76ª Questão: João foi denunciado pela prática do delito previsto no art. 121, *caput*, do Código Penal. Após regular instrução, decidiu-se, tendo em vista ausência de provas de que tinha sido autor do disparo fatal, pela sua impronúncia. Não concordando, o Ministério Público interpôs:

- a) Recurso em sentido estrito.
- b) Agravo.
- c) Recurso inominado.
- d) Apelação.
- e) Carta testemunhável.

77ª Questão: Consoante dispõe do Código de Processo Penal – CPP sobre o direito de representação, manifestação necessária à deflagração de algumas ações penais, é **correto** afirmar:

- a) A representação será irretratável depois de oferecida a denúncia.
- b) A representação será irretratável depois de recebida a denúncia.
- c) Não se admite a retratação da retratação, mesmo que dentro do prazo decadencial.
- d) O prazo de representação, salvo disposição em contrário, é de três meses, contados da descoberta da autoria do ilícito.
- e) O direito de representação só poderá ser exercido pessoalmente, mediante declaração escrita ou oral, feita ao juiz, ao Ministério Público ou à autoridade policial.

78ª Questão: No Processo Penal tem-se como mera irregularidade o atraso na oferta da denúncia; todavia, tal intempestividade caracteriza constrangimento ilegal à liberdade do indiciado, passível de correção pela sua soltura. Acerca do art. 46 do Código de Processo Penal - CPP é **correto** afirmar:

- a) O prazo para o oferecimento da denúncia, estando o réu preso, é de três dias.
- b) Quando o Ministério Público dispensar o Inquérito Policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informação ou a representação.
- c) O prazo para o oferecimento da denúncia, estando o réu solto ou afiançado, é de dez dias.
- d) O cômputo do prazo para o Ministério Público é suspenso quando houver a devolução do inquérito à autoridade policial.
- e) O prazo para aditamento da queixa pelo Ministério Público é de cinco dias.

79ª Questão: Não é possível, em sede de Processo Penal, opor-se exceção de:

- a) Coisa julgada a qualquer tempo.
- b) Suspeição após o recebimento da denúncia.
- c) Suspeição durante o inquérito policial.
- d) Incompetência do juízo no prazo de defesa.
- e) Suspeição contra os peritos, os intérpretes e os serventuários ou funcionários da justiça.

80ª Questão: O art. 125 do Código de Processo Penal – CPP autoriza o sequestro de bens imóveis do indiciado adquiridos com os proventos da infração. É correto dizer sobre essa medida assecuratória:

- a) O sequestro é inadmissível quando os bens já tenham sido transferidos a terceiro.
- b) Para a decretação do sequestro não basta a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens, demandando sentença condenatória do agente.
- c) O sequestro não poderá ser concedido de ofício pelo juiz.
- d) O sequestro poderá ser ordenado em qualquer fase do processo, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido ou mediante representação da autoridade policial, ainda que não tenha sido ofertada a denúncia ou queixa.
- e) O sequestro será processado nos próprios autos e admitirá embargos de terceiro.

81ª Questão: Acerca do interrogatório do acusado, meio de prova considerado estritamente de defesa, é **correto** dizer:

- a) Não pode ser realizado quando já apresentadas alegações finais pelo Ministério Público e defesa.
- b) Não pode ser realizado por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico.
- c) Não é necessária entrevista prévia e reservada com o defensor quando for este constituído.
- d) Não pode ser realizado sem a leitura completa da acusação ao acusado.
- e) Havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente, e o seu silêncio poderá ser interpretado em seu desfavor pelo juiz.

82ª Questão: Sobre o inquérito policial é **correto** afirmar:

- a) Pode a autoridade policial mandar arquivar autos de inquérito, desde que vislumbre, desde logo, a impossibilidade da deflagração de ação penal.
- b) Ordenado o arquivamento do inquérito, por falta de base para a denúncia, não poderá mais a autoridade policial proceder a novas pesquisas.
- c) Não concordando o juiz com a pretensão de arquivamento do inquérito, deverá devolvê-lo ao promotor de justiça.
- d) O prazo para a sua conclusão é de 30 dias no caso de réu preso.
- e) O despacho que decide pelo arquivamento do inquérito é irrecorrível.

83ª Questão: Sobre as Súmulas do Supremo Tribunal Federal, em Direito Processual Penal, pode-se afirmar:

- I. Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, porém sanável com a nomeação de defensor dativo.
- II. Quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale pelo recebimento dela.
- III. No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- IV. Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação da lei mais benigna.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II e III estão corretas.

84ª Questão: Acerca das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, em Direito Processual Penal, pode-se afirmar:

- I. A interposição de recurso, mesmo sem efeito suspensivo, contra decisão condenatória, obsta a expedição de mandado de prisão.
- II. Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.
- III. É necessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal - CPP, na ação penal instruída por inquérito policial.
- IV. A decisão que determina produção antecipada de provas com base no artigo 366 do Código de Processo Penal - CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando o mero decurso do tempo.

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e II estão corretas.

85ª Questão: Sobre o *habeas corpus* pode-se afirmar:

- I. Poderá ser impetrado somente por advogado, bem como pelo Ministério Público.
- II. Poderá ser impetrado com caráter preventivo.
- III. Será decidido pelo juiz, após as diligências, em 24 horas, e nos Tribunais na primeira oportunidade em que o órgão competente reunir-se.
- IV. Poderá ser impetrado mesmo quando extinta a pena privativa de liberdade.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.
- e) Somente as proposições II e III estão corretas.

DIREITO COMERCIAL

86ª Questão: De acordo com o § 3º do art. 1.158 do Código Civil - CC, a omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade. Esta disposição constitui exemplo do seguinte princípio:

- a) Veracidade.
- b) Novidade.
- c) Ubiquidade.
- d) Adequação Social.
- e) Solidariedade.

87ª Questão: No tocante ao estabelecimento empresarial, é **correto** afirmar:

- a) Constitui apenas o local onde o empresário ou a sociedade empresária exerce sua atividade.
- b) Constitui todo complexo de bens organizado, ressalvados os bens imateriais, para exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária.
- c) Constitui-se apenas no local onde o empresário exerce suas atividades empresariais e na denominação da empresa.
- d) Constitui-se, de acordo com o Código Civil - CC, apenas no local onde o empresário exerce sua atividade, na denominação da empresa e nos bens imobilizados pertencentes ao empresário ou à sociedade empresária.
- e) Constitui todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária.

88ª Questão: Quanto aos serviços do registro público de empresas mercantis e atividades afins, é **correto** afirmar:

- a) Serão exercidos, em todo o território nacional, pelo SINREM, composto pelo DNRC, órgão central, com funções supervisora, orientadora, coordenadora e normativa, no plano técnico; e supletiva, no plano administrativo; e pelas Juntas Comerciais, como órgãos locais, com funções executora e administradora dos serviços de registro.
- b) Serão exercidos nos Estados pelo SIEREM, composto pelo DERC, órgão central, com funções supervisora, orientadora, coordenadora e normativa, no plano técnico; e supletiva, no plano administrativo; e pelas Juntas Comerciais, como órgãos locais, com funções executora e administradora dos serviços de registro.
- c) Serão exercidos, em todo o território nacional, pelo SIEREM, composto pelo DERC e pelas Juntas Comerciais, os quais, nos âmbitos federal e estaduais, possuem funções supervisora, orientadora, coordenadora e normativa, no plano técnico; e, no plano administrativo, com funções executora e administradora dos serviços de registro.
- d) Serão exercidos, em todo o território nacional, pelo SINREM, composto pelas Juntas Comerciais, com funções supervisora, orientadora, coordenadora e normativa, no plano técnico; e supletiva, no plano administrativo; e pelos DERCs, como órgãos locais, com funções executora e administradora dos serviços de registro.
- e) Serão exercidos, nacionalmente, pelo DNRC, e, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pelas Juntas Comerciais, com funções supervisora, orientadora, coordenadora, normativa, executora e administradora dos serviços de registro.

89ª Questão: São títulos de crédito:

- a) Aval, letra de câmbio, cheque e duplicata.
- b) Letra de câmbio, nota promissória, cheque e duplicata.
- c) Letra de câmbio, nota promissória, cheque e endosso.
- d) Nota promissória, cheque, protesto e duplicata.
- e) Nota promissória, cheque, letra de câmbio e fiança.

90ª Questão: A sentença que decreta a falência tem natureza:

- a) Declaratória.
- b) Constitutiva.
- c) Mandamental.
- d) Cautelar.
- e) Executória.

91ª Questão: Em relação aos direitos relativos à propriedade industrial, é **correto** afirmar:

I - A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante a concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade, a concessão de registro de desenho industrial, a concessão de registro de marca, a repressão às falsas indicações geográficas e a repressão à concorrência desleal.

II - Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, os direitos de propriedade industrial.

III - À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial em todos os ramos de atividade.

IV - O registro da marca vigorará pelo prazo de dez anos contados da data do depósito, prorrogável por três períodos sucessivos de cinco anos cada.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

92ª Questão: Em relação às operações societárias, é **correto** afirmar:

I. A incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.

II. Na fusão, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.

III. A incorporação determina a extinção das sociedades que se unem para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

IV. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital se parcial a versão.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

93ª Questão: Analisando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. O Código Civil adotou a teoria da empresa em substituição à antiga teoria dos atos de comércio, razão pela qual não se utilizam mais as expressões ato de comércio e comerciante, que foram substituídas pelas expressões empresa e empresário.

II. A sociedade empresária tem patrimônio próprio distinto do patrimônio dos sócios que a integram. O empresário individual também goza dessa separação patrimonial, não respondendo com seus bens particulares pelo risco do empreendimento. Ambos possuem apenas responsabilidade subsidiária.

III. Empresário é quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

IV. Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, quando em concurso de auxiliares ou colaboradores.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

94ª Questão: Em relação às sociedades empresariais, é **correto** afirmar:

- I. As pessoas físicas e as pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo aquelas solidária e ilimitadamente, e estas, no limite de seus capitais, pelas obrigações sociais.
- II. Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- III. A sociedade em comandita por ações é híbrida, haja vista que nela há duas categorias de sócios: comanditário, que possui responsabilidade ilimitada; e comanditado, que possui responsabilidade limitada.
- IV. Nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas não é permitido aos sócios contribuir com serviços para a formação do capital social.

- a) Somente as proposições II, III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

95ª Questão: Examinando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. A falência tem por objetivo o afastamento do devedor de suas atividades para preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa.
- II. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando constituídas para exploração de atividade econômica, submetem-se ao regime jurídico falimentar aplicável às empresas privadas.
- III. A Lei n. 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, retirou do ordenamento jurídico pátrio o arcaico instituto da autofalência.
- IV. De acordo com a Lei n. 11.101/2005, que regula a recuperação judicial e a falência do empresário, os créditos com privilégio especial não precedem, na ordem, os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

CONHECIMENTOS GERAIS

96ª Questão: Qual era a moeda oficial brasileira no dia anterior à implantação do chamado “Plano Real”, ocorrida em 1º de julho de 1994?

- a) Cruzado
- b) Cruzeiro Real
- c) Cruzeiro
- d) Cruzado Novo
- e) Cruzeiro Novo

97ª Questão: Qual foi o vencedor das eleições presidenciais brasileiras ocorridas em 1º de março de 1930?

- a) Washington Luís
- b) Getúlio Vargas
- c) João Pessoa
- d) Artur Bernardes
- e) Júlio Prestes

98ª Questão: Quais foram os “Três Grandes” líderes da Segunda Guerra Mundial, que estiveram reunidos em Potsdam, na Alemanha, em julho de 1945?

- a) Churchill, Roosevelt e Stalin
- b) Hitler, Mussolini e Hiroito
- c) Churchill, Roosevelt e Lenin
- d) Churchill, Truman e Stalin
- e) Hitler, Mussolini e Stalin

99ª Questão: De qual poeta é a frase “A vida é breve, a alma é vasta” ?

- a) Fernando Pessoa
- b) Eça de Queiroz
- c) Machado de Assis
- d) Mario Quintana
- e) Carlos Drummond de Andrade

100ª Questão: A Semana de Arte Moderna completou 90 anos em 2012 e representou um marco, verdadeiro ponto de inflexão no modo de ver o Brasil. Desse modo, assinale a afirmação **INCORRETA**:

- a) Atribui-se como um dos eventos que desencadearam a Semana de Arte Moderna de 1922 as duras críticas do escritor Monteiro Lobato a exposição da artista plástica Anita Malfatti em 1917.
- b) A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, no Teatro Municipal, teve como propósito renovar, transformar o contexto artístico e cultural urbano, tanto na literatura quanto nas artes plásticas, na arquitetura e na música. Mudar, subverter uma produção artística, criar uma arte essencialmente brasileira, embora em sintonia com as novas tendências europeias, essa era basicamente a intenção dos modernistas.
- c) Apesar de pregar ideias e conceitos novos, a Semana de Arte Moderna obteve apoio imediato de público e crítica por contar com a participação de escritores consagrados como Mário de Andrade, Graça Aranha e Álvares de Azevedo.

- d) Paulo Menotti Del Picchia foi um poeta, jornalista, tabelião, advogado, político, romancista, cronista, pintor e ensaísta brasileiro. Ele teve destacada atuação no movimento modernista e uma de suas principais obras foi o poema “Juca Mulato”.
- e) A Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo no ano de 1922, declara o rompimento com o tradicionalismo cultural associado às correntes literárias e artísticas anteriores: o parnasianismo, o simbolismo e a arte acadêmica.

GABARITO

1 - B	2 - A	3 - C	4 - E	5 - D	6 - C	7 - E	8 - C	9 - B	10 - A
11 - C	12 - D	13 - C	14 - B	15 - D	16 - A	17 - B	18 - D	19 - E	20 - D
21 - E	22 - B	23 - C	24 - A	25 - D	26 - A	27 - E	28 - B	29 - D	30 - A
31 - E	32 - E	33 - B	34 - C	35 - E	36 - D	37 - B	38 - B	39 - C	40 - A
41 - E	42 - B	43 - A	44 - A	45 - D	46 - C	47 - B	48 - C	49 - C	50 - D
51 - D	52 - E	53 - E	54 - D	55 - C	56 - A	57 - B	58 - E	59 - B	60 - B
61 - A	62 - D	63 - D	64 - A	65 - C	66 - A	67 - A	68 - E	69 - A	70 - B
71 - B	72 - C	73 - C	74 - C	75 - E	76 - D	77 - A	78 - B	79 - C	80 - D
81 - D	82 - E	83 - C	84 - A	85 - E	86 - A	87 - E	88 - A	89 - B	90 - B
91 - D	92 - A	93 - C	94 - D	95 - A	96 - B	97 - E	98 - D	99 - A	100 - C

A Prova Objetiva de Seleção e o Gabarito serão divulgados **no dia 20 de agosto**, após as 16 (dezesesseis) horas, no sítio do Tribunal de Justiça - www.tjsc.jus.br - O resultado **não** será fornecido por telefone.